

NOTA DE REPÚDIO

O Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical) expressa repúdio à declaração do ministro substituto do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner de Campos Rosário, que na manhã desta terça-feira, 6 de fevereiro, veio a público manifestar apoio à reforma da Previdência encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional.

Em vídeo publicado no Facebook do órgão, Wagner reproduz o discurso falacioso do governo ao tentar justificar a aprovação da PEC 287/2016 com o argumento da necessidade de equilíbrio das contas públicas e da redução gradual da população economicamente ativa.

O ministro substituto coloca em dúvida o pagamento das aposentadorias, omitindo que a crise fiscal deriva da queda de receitas e não do exercício dos direitos da população e que, mesmo em meio à crise, o governo conta hoje com mais de R\$ 1 trilhão em caixa. A Constituição Federal, é importante lembrar, garante que, mesmo em caso de *déficit* da seguridade, os direitos da população serão assegurados pelo orçamento fiscal.

Outro argumento falacioso apontado por Wagner diz respeito ao envelhecimento da população. De acordo com dados do IBGE, o Brasil atualmente passa por um *boom* demográfico, ou seja, há hoje, mais do que em qualquer outra época, proporcionalmente, mais gente em idade ativa do que crianças ou idosos. Assim, somente em 2060, a razão de dependência, em função do envelhecimento da população e da queda da taxa de natalidade, igualará àquela que prevalecia na década de 1970.

A atual proposta de reforma da Previdência silencia sobre as receitas previdenciárias, a precariedade das relações trabalhistas, a dívida previdenciária, as renúncias fiscais e sobre a conta de juros do setor público consolidado, cerca de 6,1% do PIB (R\$ 400,8 bilhões) somente em 2017, um recorde mundial.

Juntamente com a reforma trabalhista, que aumenta o emprego informal, e com a tentativa de elevação da alíquota previdenciária dos servidores do Regime Próprio, a PEC 287/2016 deverá produzir exatamente o oposto do que supostamente pretende: queda ainda maior das receitas e ampliação do *déficit* fiscal.

Por essas razões, o Unacon Sindical reitera o repúdio à declaração de apoio do ministro substituto da CGU a um projeto centrado na restrição do acesso da população e dos servidores públicos ao direito à aposentadoria e no rebaixamento dos valores dos benefícios.

Brasília, 6 de fevereiro de 2018
Diretoria Executiva Nacional (DEN)